

Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

Unidade Auditada: SERPRO - REGIONAL BRASÍLIA

Exercício: 2012

Processo: 19863.000040/2013-52

Município: Brasília - DF

Relatório nº: 201306063

UCI Executora: SFC/DEFAZ - Coordenação-Geral de Auditoria da Área Fazendária

Análise Gerencial

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço 201306063, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC 01, de 06/04/2001, apresentam-se os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Serviço Federal de Processamento de dados - Serpro.

1. Introdução

O Serpro é uma empresa pública criada pela Lei 5.615, de 01/01/1964, com capital integralmente da União, integrante da administração pública indireta, vinculada ao Ministério da Fazenda, que atua na área de Tecnologia da Informação, tendo por prioridade atender, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda, conforme art. 3º do Decreto 6.791/2009.

Os investimentos do Serpro em 2012 ocorreram sob um programa de caráter geral estabelecido pelo DEST/MP denominado Investimentos das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, código 0807 que se desdobrou nas seguintes ações:

Ação	Previsão	Execução	% da execução
4101 - Manutenção de Bens Imóveis	50.000.000	34.704.770	69,41%
4102 - Manutenção de Bens Móveis, Veículos e Equipamentos	10.000.000	9.440.540	94,41%
4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	165.500.000	161.957.265	97,86%
Total	225.500.000	206.102.575	91,40%



A baixa execução da Ação 4101, conforme informado pela entidade ocorreu devido à necessidade de adequação de projetos de obras durante a execução, atrasos na aprovação de projetos junto a órgãos de fiscalização e dificuldades nos processos de licitação.

No exercício de 2012 o Serpro apresentou um aumento de 10,05% na receita operacional líquida e as despesas operacionais tiveram uma diminuição de 7,98%, fato que contribuiu para um lucro de R\$ 65.900.181,06 no exercício.

Demonstração dos Resultados	Dezembro/2012	Dezembro/2011
Receita Operacional líquida	1.583.862.010,34	1.439.229.719,04
Despesas Operacionais	(1.479.961.489,87)	(1.608.228.483,21)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	103.900.520,47	(168.998.764,17)
Créditos tributários diferidos	(20.667.762,20)	(6.950.092,09)
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	83.232.758,27	(175.948.856,26)
Provisão para IRPJ e CSLL	(17.332.577,21)	-
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	65.900.181,06	(175.948.856,26)

Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 01/07/2013 a 17/09/2013, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade Auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

2. Resultados dos trabalhos

Em acordo com o que estabelece o Anexo III da DN-TCU-124/2012, e em face dos exames realizados, efetuaram-se as seguintes análises:

2.1 Avaliação da Conformidade das Peças

Verificamos, na Prestação de Contas do Serviço Federal de Processamento de Dados, a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN-TCU-63/2010 e pelas DN TCU 119/2012 e 124/2012.

O Serpro está em processo de licitação para contratar empresa de auditoria independente para auditar suas demonstrações contábeis, em cumprimento à deliberação do Conselho Diretor, tendo em vista que o Serpro é desobrigado de apresentar, em suas contas anuais, o Parecer de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis, considerando que não há expressa previsão legal.

2.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

No Relatório de Gestão do exercício de 2012, o Serpro apresentou 18 indicadores estratégicos e 06 indicadores corporativos.



Conforme informado pela empresa, os indicadores estratégicos são definidos para acompanhar o alcance e avanço dos objetivos estratégicos, e são revisados sempre que o plano estratégico é atualizado.

Cada um deles foi especificado com um conjunto de informações sobre a utilidade ou finalidade do indicador, o tipo, a fórmula de cálculo, o método de aferição, a área responsável pela medição, a meta, o respectivo resultado alcançado no exercício de 2012 e, em alguns casos, apresentam também a série histórica.

A seguir estão apresentados os 18 indicadores estratégicos definidos no Relatório de Gestão 2012:

Indicadores Estratégicos	2010	2011	2012	Meta 2012	unidade
Lucro	-174,7	-175,9	64,6	30	Milhões
Redução Custos Indiretos			6,65	10	%
Aumento das Receitas	-4,9	5,64	8,14	7,76	%
Realização de Contratos de Receitas	86,93	92,91	99,13	95	%
Redução de dias de esforço não remunerado	132,81	127,77	120,11	60	Dias
Cobertura de Custos na Execução de Contratos		82,52	100,1	100	%
Solicitação de Serviços de Clientes		82,36	98,2	85	%
Produtividade Demoiselle	18,64	16,9	12,3	12	HH-PF
Produtividade Pentaho			7	18	HH-PF
Produtividade Zone/Plone	6	3,2	3,3	5	HH-PF
Redução Custo por Servidor			9,06	15	%
Implantação do Processo de Gestão de Insumo			100	100	%
Realização das Metas do Nó Crítico			40	100	%
Redução Passivo Trabalhistas			5,7	5	%
Contratação Previstas no Plano de Contratações			61,06	50	%
Ampliação do Centro de Dados			0	600	m ²
Gerentes Capacitados			45,76	90	%
Redução de Diárias e Passagens	19,58	40,84	36,6	70	%

Fonte: Relatório de Gestão Serpro 2012

Os resultados dos indicadores estratégicos do Serpro em 2012, de forma geral, mostram-se positivos. Dos 18 indicadores estabelecidos, 10 alcançaram ou superaram a meta estabelecida pela empresa. Não obstante haver indicadores que ficaram abaixo da meta, esses tiveram desempenho muito próximo do almejado.

Por sua vez, os indicadores corporativos são a base para o aprimoramento dos processos internos e para o engajamento de toda a equipe em torno dos objetivos estratégicos da organização. Diferentemente dos indicadores estratégicos, todos os indicadores corporativos possuem série histórica e, conforme Relatório de Gestão 2012, serão mantidos de forma contínua e estável a longo prazo.

Apresenta-se, a seguir, os indicadores corporativos do Serpro em série histórica de 2010 a 2012.



Indicadores Corporativos	2010	2011	2012	Meta 2012
Horas de Treinamento	69,4%	50,9%	38,5%	36%
EBITDA	12,81%	-59%	14,53%	10,58%
Liquidez Corrente	1,68	1,65	1,51	= ou > 1
Imobilizado do Capital Próprio	0,51	0,47	0	= ou > 0
Endividamento Total	1,25	1,42	1,26	< 1
Margem Líquida	-0,21	0,5	0,66	> 0

Fonte: Relatório de Gestão Serpro 2012

Os indicadores corporativos apresentados estão expressos em termos numéricos ou percentuais. Suas variáveis/forma de cálculo são precisas e sem ambiguidade, possuem série histórica que proporciona a comparação da situação pretendida ao longo do tempo, e demonstram o desempenho institucional no exercício.

Verificou-se que os indicadores são úteis para a gestão do Serpro e tem sua representatividade adequada para medir os fenômenos que representam, de acordo com as informações prestadas pela empresa.

Os indicadores analisados atendem aos critérios de completude, comparabilidade, confiabilidade, acessibilidade e economicidade, pois apresentam grau de complexidade menor que o fenômeno-objeto. Além disso, as fórmulas de cálculo permitem sua auditoria por terceiros e o custo da produção do indicador é compatível com a complexidade do que se propõe a medir.

Por fim, o Serpro deve avaliar a conveniência e a oportunidade de incluir no rol de indicadores corporativos, informações que meçam a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela empresa de forma a fornecer a alta administração subsídios à tomada de decisão quanto às atividades da área fim da empresa.

Entende-se necessário também a criação de um indicador corporativo que meça os valores relativos às multas, glosas e descontos concedidos pelo Serpro quando do não cumprimento das cláusulas definidas nos Acordos de Níveis de Serviço, de forma a permitir o acompanhamento dos serviços prestados.

2.3 Avaliação da Gestão de Pessoas

O Serpro, ao final do exercício de 2012, contava com 10.740 empregados que representaram um dispêndio anual total, incluindo vencimentos, gratificações e adicionais, de R\$ 625.554.480,93.

O Serpro informou ter contratado 364 e desligado 192 funcionários durante o exercício de 2012, o que revela um crescimento no quadro de pessoal de 173 empregados durante o ano. Em comparação com o exercício de 2011, esse acréscimo representou aumento de 1,63% no número de funcionários, passando de 10.567 para 10.740 empregados.

Em relação aos dispêndios com pessoal, o aumento foi de 9,40% passando de R\$ 682.012.980,86 em 2011 para R\$ 746.164.165,57 em 2012.



A seguir, apresentamos quadro comparativo com o quantitativo de pessoal e os dispêndios anuais nos exercícios de 2011 e 2012:

Exercício	Quadro Interno	Quadro Externo	Mandatários	Requisitados	Total
Quantitativos					
2012	7.621	3.106	7	6	10.740
2011	7.448	3.107	6	6	10.567
%	2,323	-0,032	16,667	0,000	1,637
Dispêndios					
2012	625.554.480,93	117.518.127,80	2.269.764,48	821.792,36	746.164.165,57
2011	570.664.147,66	108.423.554,63	2.216.490,21	708.788,36	682.012.980,86
%	9,619	8,388	2,404	15,943	9,406

Fonte: Relatório de Gestão do Serpro 2012

Destacamos que para todos os casos (quadro interno, quadro externo, mandatários e requisitados) houve aumento no valor do dispêndio anual com pessoal, que totalizou 9,40% de aumento em oposição ao acréscimo de apenas 1,63% no número de empregados.

Com relação à qualificação, 411 (3,83%) empregados possuem 1º grau; 4.146 (38,60%) possuem 2º grau; 5.244 (48,83%) possuem curso superior; 771 (7,18%) têm pós-graduação; 157 (1,46%) possuem mestrado e 11 (0,10%) possuem doutorado.

Analisando separadamente os funcionários do quadro interno e externo do Serpro, temos que 65,73% do quadro interno possuem curso superior completo ou pós-graduação, enquanto que no quadro externo, este percentual é de apenas 37,41%.

Em relação à faixa etária, verifica-se que aproximadamente 60% dos empregados do quadro interno possuem mais de 40 anos. Nesta mesma faixa etária, o percentual de empregados do quadro externo é de aproximadamente 99%.

A despeito de não ter sido realizado nenhum concurso em 2012, o Serpro possuía dois concursos vigentes no ano passado: um realizado em 2008 e outro em 2010.

Cargo	Área	2011	2012	2012-2011	% de diferença 2012-2011	Vagas do concurso 2013	% de vagas do concurso em relação ao nº de funcionários
Analista	Fim	3459	3548	89	2,57%	106	2,99%
	Meio	534	607	73	13,67%	107	17,63%
Técnico	Fim	1891	1905	14	0,74%	97	5,09%
	Meio	420	428	8	1,90%	50	11,68%

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria

A tabela acima evidencia a diferença entre o número de analistas e técnicos do Serpro nos anos de 2011 e 2012, bem como mostra a relação entre número de funcionários da empresa e o número de vagas abertas no concurso realizado no ano de 2013, todos agrupados pela área de atuação (fim/meio).

Com relação à diferença nos números de 2011 e 2012, observa-se o aumento de 13,67% no número de analistas atuando na área meio, em oposição ao aumento de



2,57% no número de analistas atuando na área fim. Quanto aos empregados técnicos, o aumento foi de 1,90% no número de empregados da área meio, contra 0,74% da área fim.

Quando comparamos o número de analistas e técnicos em 2012 com a quantidade de vagas abertas no concurso 2013, a diferença é ainda maior: enquanto o número de vagas abertas para as especialidades para analista da área meio corresponde a 17,63% do número total de empregados desta área, o número de vagas abertas para as especialidades para analista da área fim corresponde a apenas 2,99% dos empregados desta área. Com relação aos técnicos, os números são 11,68% e 5,09% para as áreas meio e fim, respectivamente.

Nota-se, portanto, um aumento percentual no número de empregados que atuam na área meio em oposição aos empregados que atuam na área fim.

Por fim, verificou-se que o número de empregados da empresa, 10.740, está de acordo com a Portaria 23, de 20/11/2008, que estabelece o limite máximo do quadro de pessoal do Serpro em 11.575 empregados.

2.4 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

Em 2012 o Serpro realizou 2.139 (duas mil, cento e trinta e nove) aquisições, totalizando um valor global de 1.221.032.041,16 (um bilhão, duzentos e vinte e um milhões e trinta e dois mil e quarenta e um reais, e dezesseis centavos), conforme tabela a seguir:

	Valor Total (R\$)	Número de Processos
Concorrência	11.232.774,28	3
Pregão	858.133.737,65	206
Adesão a Ata de Registro de Preço	75.360.779,25	15
Dispensa de Licitação	47.590.136,82	1857
Inexigibilidade	228.714.613,16	58
Total Geral	1.221.032.041,16	2139

Fonte: Informações fornecidas pelo SERPRO em resposta à Solicitação de Auditoria 201306063/07

Neste exercício, a auditoria interna do Serpro realizou, em cumprimento ao PAINT/2012, dois trabalhos de auditoria (GL-AC/0001/2012 e GL-AC/0002/2012) cujo objeto foi o Processo de Aquisições e Contratações do Serpro (PAQ), com vistas a verificar os controles internos relativos às etapas de licitação e de contratação.

O PAQ refere-se à contratação de bens, obras e serviços, ao gerenciamento do processo de planejamento, contratação e gestão de contratos do Serpro e ao atendimento de demandas de estruturação de novos processos de contratação do Governo Federal, com qualidade e economicidade, propiciando à alta administração, segurança na gestão de seus recursos.

O trabalho desenvolvido pela auditoria interna sobre o PAQ - etapa licitação envolveu a verificação de dezesseis processos licitatórios concluídos entre 01/07/2011 a



31/01/2012, dos quais dez foram realizados por pregão, quatro por sistema de registro de preços de outro órgão e dois por inexigibilidade, totalizando um valor de R\$ 618.405.726,39 (seiscentos e dezoito milhões, quatrocentos e cinco mil, setecentos e vinte e seis reais e trinta e nove centavos).

As principais fragilidades identificadas pela auditoria interna quando da execução deste trabalho se referem à inexistência de mapeamento formal de riscos, e a baixa maturidade e informalidade dos procedimentos de controle utilizados para a execução das atividades do processo.

Em virtude destas e outras irregularidades encontradas, foram emitidas seis ocorrências, das quais quatro foram consideradas atendidas pela auditoria interna em razão das justificativas e ações adotadas pela área auditada. As duas outras ocorrências foram aceitas com restrições e colocadas em acompanhamento, por requerem ações por parte do auditado.

Por sua vez, o trabalho desenvolvido pela auditoria interna sobre etapa de contratos, também do PAQ, verificou quarenta contratos, realizados no período de 2008 a 2011, totalizando R\$ 170.097.756,00 (cento e setenta milhões e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e seis reais).

As principais fragilidades identificadas pela auditoria interna quando da execução deste trabalho se referem à inexistência de mapeamento formal de riscos, à falta de integração dos sistemas informatizados que dão suporte ao PAQ e à necessidade de formalização de controles manuais.

Nesta auditoria, foram emitidas nove ocorrências, das quais quatro tiveram justificativas e ações consideradas satisfatórias pela auditoria interna, e foram dadas como atendidas. As demais ocorrências, por necessitarem de ações por parte do auditado, foram aceitas com restrição e colocadas em acompanhamento.

Em virtude das diversas irregularidades encontradas em ambos os trabalhos a auditoria interna do Serpro emitiu ainda as notas de auditoria 001/2012 e 002/2012, para o trabalho GL-AC/0001/2012, e as notas de auditoria 034/2012, 035/2012 e 040/2012 para o trabalho GL-AC/0002/2012.

Constatamos que as providências para o atendimento das supracitadas Notas de Auditoria encontram-se em andamento. O Serpro informou ainda que estas providências serão tratadas pela Auditoria Interna no trabalho em curso a ser encerrado em 30/08/2013.

Em virtude de a amostra selecionada para análise nos trabalhos da auditoria interna não ter sido baseada em critérios estatísticos, os resultados obtidos não permitiram a sua extrapolação para formação de uma opinião sobre a totalidade das licitações realizadas no ano.

2.5 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

O Serpro é uma empresa pública cujo negócio é a Tecnologia da Informação e Comunicações. Assim sendo, a sua estratégia de atuação quanto às ações de TI não está



definida em um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, como ocorre com os órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, mas sim, encontra-se definida diretamente no planejamento estratégico, o qual, portanto, é o documento que fornece o direcionamento quanto às ações de TI da empresa.

Em que pese a não existência de um Comitê de TI, os principais tomadores de decisão sobre TI participam das reuniões de definição do planejamento estratégico da empresa, cuja coordenação é de responsabilidade da Coordenação do Escritório Estratégico de Projetos.

Para o ano de 2012 foram definidos seis objetivos estratégicos, os quais, segundo o planejamento realizado, deverão ser atingidos mediante a execução de doze projetos. Destes, os seguintes se destacam por se tratarem de projetos predominantemente relacionados a TI:

- Métrica para Desenvolvimento de Software e Atividades Complementares;
- Infraestrutura como Serviço;
- Implantação da Virtualização no Centro de Dados;
- Modernização das Ferramentas de Desenvolvimento;
- Melhorias de Requisitos e Integrações no Processo de Desenvolvimento.

O projeto “*Melhorias de Requisitos e Integrações no Processo de Desenvolvimento*” foi concluído no exercício de 2012. O projeto “*Infraestrutura como Serviço*” possui status de atenção, em virtude de realinhamento tecnológico realizado, e segundo informado pela empresa, possui previsão de conclusão para o final do segundo semestre de 2013. Todos os demais projetos estão sendo executados conforme planejamento estabelecido.

Verificou-se ainda que o Serpro realiza periodicamente, para os projetos estratégicos, reuniões de acompanhamento em que são definidas medidas que serão adotadas com vistas a corrigir os desvios eventualmente encontrados na execução, a fim de que o planejamento inicialmente definido possa ser seguido.

No que se refere aos empregados atuando em TI, o Serpro possui 5.466, o que corresponde a aproximadamente 51% de sua força total de trabalho de 10.740 funcionários.

Conforme informado pela empresa o quadro de funcionários de TI do Serpro está assim distribuído:

Especialização / Qualificação / Habilitação	2011	2012	Varição
Administração de Serviços de Informática/Administração Serviços de Tecnologia da Informação	116	126	8,62%
Administração Produção	1	0	-100,00%
Atendimento/Negócios em TI	337	371	10,09%
Desenvolvimento de Sistemas	2.382	2.409	1,13%
Programação Visual	33	33	0,00%
Rede de Computadores/Redes	389	396	1,80%
Software Básico/Suporte Técnico	201	213	5,97%



Operação de Computador	163	165	1,23%
Operação de Rede/Operação de Redes	849	852	0,35%
Programação de Controle Serviço de Informática/ Programação de Controle de Serviços de TI	203	214	5,42%
Programação de Computador	384	384	0,00%
Sustentação	292	290	-0,68%
Analista Consultor	3	3	0,00%
Auxiliar de Codificação e Conferência A	1	1	0,00%
Auxiliar de Codificação e Preparo de Documentos A	1	1	0,00%
Digitador	10	8	-20,00%
Total	5.365	5.466	1,88%

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria

Verificamos que, em que pese à rotatividade de algumas áreas, o Serpro tem conseguido manter o quantitativo de pessoal atuante em TI, que teve um incremento de 1,88% no acumulado do ano.

Quanto a Segurança da Informação (SI), o Serpro informou que a Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI) vigente foi aprovada em 01 de dezembro de 2011 pelo Diretor-Presidente por meio da Resolução SG – 18/2011, a qual substituiu a versão anterior, estabelecida pela Resolução SG-002 de 03 de março de 2008.

A PCSI tem a finalidade de estabelecer o direcionamento estratégico da SI no Serpro, de forma a assegurar a integridade, a confidencialidade, e a disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas de informação e dos recursos gerenciados pela empresa e deve revisada de quatro em quatro anos ou nas situações que representem alterações significativas nos processos ou estruturas da empresa.

Este documento é divulgado dentro da empresa por meio de diversos canais, a saber: (a) TV Serpro, em que são veiculados vídeos institucionais sobre a SI; (b) palestras realizadas para a sensibilização dos novos empregados sobre a SI; e (c) campanhas de conscientização em que são realizadas palestras e distribuídos materiais para divulgação da SI na empresa.

Foi constatado também que todo funcionário do Serpro pode acessar a PCSI vigente na página da Coordenação de Gestão de Segurança da Informação – COGSI – disponível na Intranet da instituição.

2.6 Avaliação do Cumprimento das Determinações/Recomendações do TCU e Controle Interno e demais situações não contempladas no Relatório de Gestão ou de Auditoria

O Serpro apresentou no Processo de Contas 2012 seis determinações emitidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU referentes ao exercício de 2012. Em nenhuma delas foi identificada determinação para acompanhamento por esta CGU.

O acompanhamento das recomendações efetuadas por esta CGU foi realizado ao longo de todo exercício de 2012 por meio do Plano de Providências Permanente – PPP,



avaliando-se as justificativas pelo não cumprimento e as providências adotadas. Nesse plano constam todas as manifestações do gestor com as respectivas análises desta CGU, bem como o status de cada recomendação, resultado dessas análises.

Foram formuladas por esta CGU 39 recomendações à administração da empresa por ocasião dos trabalhos de auditoria relativos à avaliação da gestão do Serpro referente aos exercícios de 2007 a 2011, sendo que 18 foram atendidas e 21 parcialmente atendidas.

Constatamos que a empresa vem adotando medidas e acompanhando as recomendações da CGU.

2.7 Avaliação dos Controles Internos Administrativos

Em atendimento à recomendação da Controladoria Geral da União, foi criado em abril de 2012 o Departamento de Gestão de Controle Interno – DCGCI, vinculado a Superintendência de Gestão Empresarial - Desempenho e Controle Empresarial – SUPDC, que tem como atribuição coordenar as ações para desenvolver, implementar, implantar, sistematizar, normatizar, disseminar e gerir atividades inerentes ao processo de gestão preventiva do controle interno. No segundo semestre de 2012, foram vinculados funcionários ao DCGCI, que participaram de capacitação para a realização das atividades do Departamento, não tendo sido realizado nenhum trabalho finalístico.

Para o exercício de 2013 o DCGCI planejou ações voltadas para as atribuições finalísticas do departamento, destacamos as principais:

- Analisar o processo de Ressarcimento de Passivo do Pessoal de Serviço Externo (PSE);
- Estabelecer processo de Gestão do Controle Interno;
- Coordenar ações para selecionar metodologia de Gestão de Riscos;
- Realizar *benchmarking* junto a áreas de controle interno de instituições públicas.

Considerando a recente criação da unidade de controle interno e o reduzido número de funcionários durante o exercício de 2012, fica prejudicada a avaliação da respectiva área. Entretanto, a unidade de auditoria interna realizou ações voltadas para a avaliação dos controles internos do Serpro em suas auditorias.

Nos trabalhos realizados pela Auditoria Interna do Serpro são avaliados os Controles Internos em relação aos elementos: Ambiente de Controle, Avaliação de Risco, Procedimentos de Controle, Informação e Comunicação e Monitoramento, modelo adotado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, previsto na Portaria TCU 123 de 12/05/2011.

Durante o exercício de 2012 foram executados pela auditoria interna 16 trabalhos que avaliaram o sistema de controle interno do Serpro. Foram constatadas, pela auditoria interna, algumas necessidades de melhorias, tendo sido recomendado os ajustes necessários.

No decorrer dos trabalhos foram identificadas as seguintes constatações:

- a) Necessidade de uniformização dos conceitos utilizados pelo Serpro para se referir aos valores que a empresa deixa de receber dos clientes quando da não prestação dos serviços nos termos definidos em contrato;
- b) As orientações contidas nas Notas de Auditoria emitidas pela Auditoria Interna do Serpro devem ser avaliadas e respondidas pelos gestores e o atendimento acompanhado pela Auditoria Interna;
- c) Fragilidade nas providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos;
- d) Inexistência de avaliação sistemática da adequação quantitativa e qualitativa da força de trabalho, por parte da área de recursos humanos do Serpro;
- e) Falha no planejamento de aquisição de licenças de software para o Gerenciamento de Identidades e Acessos;
- f) Prestação de serviços pelo Serpro sem cobertura contratual.

2.8 Ocorrência com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por nota de auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submete-se o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 26 de Setembro de 2013.



1. GESTÃO OPERACIONAL

1.1. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

1.1.2 SISTEMA DE INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

1.1.2.1 CONSTATAÇÃO

Necessidade de uniformização dos conceitos utilizados pelo Serpro para se referir aos valores que a empresa deixa de receber dos clientes quando da não prestação dos serviços nos termos definidos em contrato.

Fato

O Serpro é uma empresa pública prestadora de serviços de TI. Conforme informado pela empresa, como decorrência do não cumprimento dos níveis de serviço acordados quando da prestação de serviços, podem ser aplicadas multas, glosas e descontos, conforme cláusulas específicas estabelecidas em cada contrato celebrado entre o Serpro e seus clientes.

Instada por esta CGU por meio da Solicitação de Auditoria 201306063/15 quanto ao total dos valores imputados ao Serpro em multas, glosas e descontos ocorridos no exercício de 2012, a empresa repassou as seguintes informações:

Em R\$1,00

Clientes	Multas	Glosas	Descontos
Receita Federal do Brasil – RFB	-	-	5.250.464,65
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	355.056,41	-	-
Ministério Público Federal – MPF	-	516,61	-
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG	-	-	118.111,96
Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior – MRE	293.280,46	-	-
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN	-	89.479,38	447.554,94
Escola de Administração Fazendária – ESAF	-	-	13.280,19
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/SEAE/MF	-	46.119,64	95.835,36
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF	-	-	29,49
Total	648.336,87	136.115,63	5.816.131,55

Fonte: Informado pelo Serpro em resposta à Solicitação de Auditoria 201306063/15



Desta forma, em virtude de não cumprimento dos níveis de serviços acordados com seus clientes, foi imputado ao Serpro no exercício de 2012 o valor de R\$ 6.600.584,05 (seis milhões, seiscentos mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinco centavos) relativos a multas, glosas e descontos.

O Serpro informou ainda os seguintes valores concedidos sob a forma de desconto no período de 2004 a 2012:

Em R\$1,00

Exercício	Valor Concedido
2004	11.015.081,20
2005	12.252.560,70
2006	134.547.848,35
2007	291.427.901,46
2008	345.631,11
2009	496.099,00
2010	358.848,85
2011	1.931.082,31
2012	5.816.131,55
Total	458.191.184,53

Dessa forma, no período de 2004 a 2012 foram concedidos descontos que totalizaram R\$ 458.191.184,53 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, cento e noventa e um mil, cento e oitenta e quatro reais, e cinquenta e três centavos).

Questionado quanto ao enquadramento de cada situação (multa, glosa ou desconto), o Serpro informou, em reunião realizada em 10/09/2013, que os termos “multa” e “desconto”, utilizados pelas Unidades de Relacionamento com o Cliente (URC) possuem o mesmo significado, e referem-se a valores que deixarão de ser cobrados de seus clientes em virtude do não cumprimento dos níveis de serviços acordados.

Foi ainda informado pela empresa que a utilização do termo “multa” ou “desconto” depende do entendimento de cada cliente, mas sua implicação será a mesma: um abatimento é concedido na “pré-fatura”, deduzindo do valor total a ser recebido, sob a forma de um desconto incondicional.

Reforçamos que, a depender do enquadramento dado, os valores cobrados poderão ser passíveis de impostos junto aos órgãos do fisco, o que representa fragilidades/vulnerabilidades que podem impactar diretamente os resultados do Serpro, haja vista o montante dos valores considerados (R\$ 458.191.184,53, no período de 2004 a 2012).

Manifestação da Unidade Examinada:

Instado a se manifestar acerca dos apontamentos da equipe de Auditoria da CGU, o Serpro informou na reunião realizada em 10/09/2013 que identificaram a divergência dos conceitos utilizados pela Unidade de Relacionamento com o Cliente



(URC) e pela área responsável pela contabilidade dos serviços prestados, e concordam quanto à necessidade de uniformização no tratamento desses conceitos dentro das diversas áreas da empresa.

Análise do Controle Interno:

Em nosso entendimento, os valores que deixam de ser cobrados pelo Serpro de seus clientes quando da não prestação de serviços, não podem ser tratados intercambiável como “multas” ou “descontos”, uma vez que, do ponto de vista contábil, estes termos não se confundem e possuem implicações completamente distintas.

Portanto, com vistas a se resguardarem de possíveis situações que possam colocar em risco os resultados da empresa, os termos utilizados para se referirem a valores que deixam de ser cobrados dos clientes quando da não prestação de serviços nos níveis definidos em contrato devem ser padronizados internamente, de modo a permitir um entendimento uniforme nas diversas áreas, sem prejuízo de serem adequados à situação a que se referem, sob a luz da legislação aplicável.

Recomendação 001

Recomendamos que seja realizado estudo jurídico, financeiro e econômico de modo a permitir a uniformização dos conceitos utilizados dentro da empresa para se referir aos valores que o Serpro deixa de receber dos clientes quando não cumpre os termos acordados em contrato, avaliando especialmente o enquadramento da situação frente à natureza do ato e suas implicações tributárias, considerando o Acórdão 03-18.563 de 22/09/2006 da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Brasília.

2 CONTROLES DA GESTÃO

2.2 CONTROLES INTERNOS

2.2.1 ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

2.2.1.1 CONSTATAÇÃO

As orientações contidas nas Notas de Auditoria emitidas pela Auditoria Interna do Serpro devem ser avaliadas e respondidas pelos gestores e o atendimento acompanhado pela Auditoria Interna.

Fato

No exercício de 2012, a auditoria interna do Serpro realizou, em cumprimento ao PAINTE/2012, dois trabalhos de auditoria (GL-AC/0001/2012 e GL-AC/0002/2012) cujo objeto foi o Processo de Aquisições e Contratações do Serpro (PAQ).

Em razão das irregularidades encontradas no trabalho GL-AC/0001/2012, foram emitidas seis ocorrências, das quais quatro foram consideradas atendidas e duas colocadas em acompanhamento. Foram emitidas também as Notas de Auditoria 001/2012 e 002/2012 notificando o Gestor no sentido de avaliar a conveniência e a



oportunidade de revisão dos procedimentos do PAQ - fase de licitação, com vistas a mitigar os riscos de recorrência das irregularidades encontradas.

Por sua vez, em razão das irregularidades encontradas no trabalho GL-AC/0002/2012, a auditoria interna emitiu nove ocorrências, das quais quatro foram consideradas atendidas, e as demais colocadas em acompanhamento. Além disso, foram emitidas três Notas de Auditoria: (a) a Nota de Auditoria 034/2012 que orienta o Gestor do processo a revisar e atualizar a documentação pertinente às Atribuições e Competências da GLACO/SUPGL, visando garantir o adequado alinhamento das atividades e a segregação das funções desempenhadas; (b) a Nota de Auditoria 035/2012 que orienta o Gestor a promover avaliação das causas e efeitos das evidências constatadas, além de revisar e implementar controles que mitiguem os riscos relacionados aos subprocessos “Autuação de Guarda de Documentos Contratuais”, “Aplicação de Sanções” e “Gerenciamento Contratual”, para garantir a autuação da documentação adequada e completa no processo, o cumprimento dos normativos internos, a integridade e a rastreabilidade da informação e o alinhamento dos contratos à legislação e as normas internas; e (c), a Nota de Auditoria 040/2012 orientando o Gestor no sentido de implementar o Gerenciamento de Riscos na área.

Manifestação da Unidade Examinada:

Quando questionada por esta CGU quanto às providências tomadas pelo Serpro no que se refere às supracitadas Notas de Auditoria, a auditoria interna informou que, conforme definido no item c.4 do Manual de Auditoria Interna – Diretrizes e Normas, a Nota de Auditoria é utilizada para comunicar o gestor sobre “questões pontuais e de caráter formal” e não necessitam de resposta do gestor:

“Conforme definido no item “c.4” do Manual de Auditoria Interna - Diretrizes e Normas, a Nota de Auditoria - NA refere-se ao documento registrado no Sistema de Auditoria - SISAUD, utilizado para comunicar ao gestor responsável sobre questões pontuais e de caráter formal, apuradas no desenvolvimento dos trabalhos de auditoria e que não se constituem em uma impropriedade que implique no registro de uma Ocorrência ou Recomendação”.

“Vale ressaltar que, apesar da NA não necessitar de resposta do gestor, a mesma compõe a documentação de auditoria que subsidiará a próxima designação referente ao assunto abordado”.

Análise do Controle Interno:

Em que pese terem sido encontradas diversas irregularidades que evidenciam deficiências nos controles internos do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro, as orientações emitidas em notas de auditorias não necessitam de manifestação dos gestores sobre as falhas identificadas.

Recomendação 001

Recomendamos que as orientações emitidas pela Auditoria Interna nas Notas de Auditoria tenham seu conteúdo avaliado e respondido pelos respectivos gestores das



áreas do Serpro e o atendimento das orientações seja acompanhado pela Auditoria Interna.

2.2.1.2 INFORMAÇÃO

Avaliação da utilização do Sistema CGU-PAD

Durante exercício de 2012 o Serpro não dispunha de nenhuma estrutura formal, específica, para tratar do tema referente às ações correccionais. Apesar de a empresa não contar com uma unidade correccional ou um sistema de correição, a Superintendência de Pessoas, por meio da Divisão de Conformidade da Folha de Pagamento e do Regime Disciplinar - GPCFD era a unidade que detinha, até então, as atribuições referentes ao assunto.

Instada a se manifestar, o Serpro informou que no exercício de 2012, foram instaurados 05 processos Administrativos Disciplinares – PAD. Destes cinco processos, 02 já foram encerrados.

Cabe acrescentar que, em fevereiro de 2013, foi criado o Departamento de Aplicação do Regime Disciplinar Empresarial – DPARD, estrutura vinculada ao Gabinete do Diretor-Presidente, com a responsabilidade de realizar a Gestão dos Processos Disciplinares (Sindicâncias e PAD), na Empresa.

A empresa informou ainda que, o DPARD está atuando junto a Corregedoria Geral da União – Setorial do Ministério da Fazenda, na capacitação dos membros da equipe a para a realização do Cadastramento dos processos no Sistema CGU-PAD.

Dessa forma, a empresa está envidando esforços para o cadastramento no Sistema CGU-PAD, porém, faz-se necessária a capacitação dos empregados na unidade de gestão do sistema CGU-PAD para tornar o fluxo de trabalho mais tempestivo e consistente.

3 GESTÃO PATRIMONIAL

3.1 BENS IMOBILIÁRIOS

3.1.1 UTILIZAÇÃO DE IMOBILIÁRIOS

3.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

Verificou-se que a empresa não possui imóveis da União sob a sua responsabilidade, e conta com 08 imóveis locados de terceiros, todos em território nacional.

O controle analítico dos imóveis é realizado pelo Sistema de Administração de Patrimônio (ADPAT), que recebe mensalmente as informações contábeis relacionadas às alterações de valores, como reformas e benfeitorias. Os registros no SIAFI são



realizados por regional e o controle é realizado pela Divisão Central de Administração Patrimonial (GLADM/GLCOA), composta por 04 empregados.

Os bens imóveis do Serpro estão registrados no balanço patrimonial, exercício 2012, por R\$ 1.071.924.366,85, conforme o quadro a seguir:

Descrição	Saldo em 2012	Depreciação/ amortização	Valor Líquido	
			2012	2011
Edifícios	140.304.833,19	(27.924.473,70)	112.380.359,49	94.589.512,71
Terrenos	80.962.787,20	0,00	80.962.787,20	74.188.750,00
Estudos e Projetos	943.187,20	0,00	943.187,20	709.676,92
Obras em andamento	21.252.717,55	0,00	21.252.717,55	32.220.572,41
Instalações	85.287.235,45	(27.624.830,49)	57.662.404,96	39.213.085,62
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	493.036,89	(241.263,47)	251.773,42	207.057,84
Bens Móveis	742.680.569,37	(521.032.642,70)	221.647.926,67	169.611.863,25
Total	1.071.924.366,85	(576.823.210,36)	495.101.156,49	410.740.518,75

Fonte: Relatório de Gestão Serpro 2012

Verificou-se que o Serpro não solicitou indenizações pelas benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, questionada sobre os gastos com Benfeitorias em Propriedade de Terceiros no valor de R\$ 493.036,89, o Serpro informou que:

[...]

“As benfeitorias em imóveis de terceiros apontadas, referem-se a adequações físicas mandatárias para o funcionamento do SERPRO, não encontradas normalmente em prédios disponíveis para locação. As referidas adequações são vinculadas as especificidades de funcionamento de uma empresa da TI, que não são de responsabilidade do LOCADOR ou passíveis de ressarcimento. São modificações básicas para estruturação das instalações para atendimento aos requisitos produtivos de rede de computadores e desenvolvimento de sistemas, salas seguras, ambientes críticos e de funcionamento 24 x 7, com garantia de energia N + 2, instalação de geradores e no-breaks.

Todos os prédios que o SERPRO vier a ocupar serão necessárias algumas adequações deste porte, com reaproveitamento parcial dos investimentos, como cabos de grande bitola, quadros, bens de natureza permanente, dentre outros. São benfeitorias ou adequações úteis somente ao SERPRO, sem possibilidade de ressarcimento junto ao LOCADOR. Dizem respeito ao nosso funcionamento e não de forma genérica ao uso de imóvel, de uso corrente como instalação comercial”

[...]

O assunto foi objeto de recomendação constante no Relatório de Auditoria Anual de Contas 201203853/2012, e acompanhado pelo Plano de Providências Permanente da Empresa.

4 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

4.1 MOVIMENTAÇÃO

4.1.2 PROVIMENTOS

4.1.2.1 INFORMAÇÃO



Avaliação da gestão de pessoas.

Em análise aos processos referentes aos atos de pessoal para fins de registro no Sistema de Avaliação e Registros dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC), do total de 550 atos da unidade examinada, foram analisados 358 atos de admissão, 192 atos de aposentadoria.

Ao analisarmos a relação de empregados do Serpro admitidos durante o exercício de 2012, verificamos que foram admitidos 358 empregados e que 10 empregados admitidos não constavam da base de admissão do SISAC.

Questionada, por meio da SA 201306064/10, sobre a diferença citada, o Serpro informou que os empregados da relação foram reintegrados por decisão judicial à empresa e, portanto, registrados como “Ato de cancelamento de Desligamento e Restabelecimento de Admissão”.

Quanto aos atos de desligamentos, o Serpro informou que desligou 192 empregados durante o exercício de 2012. Em nossas análises, verificamos que 29 registros que não constavam na base de dados do SISAC. Porém, na planilha encaminhada constatamos que os respectivos registros no SISAC foram efetuados no exercício de 2013.

Nesse sentido, informamos que o gestor efetuou em conformidade com o art. 7º da IN/TCU 55/2007 o cadastramento dos atos de pessoal.

4.1.2.2 CONSTATAÇÃO

Inexistência de avaliação sistemática da adequação quantitativa e qualitativa da força de trabalho, por parte da área de recursos humanos do Serpro.

Fato

A auditoria realizada sobre a gestão de recursos humanos no Serpro abrangeu a verificação da existência e efetividade de procedimentos administrativos que avaliem sistematicamente a adequação quantitativa e qualitativa da sua força de trabalho.

A necessidade de adequação quantitativa e qualitativa da força de trabalho do Serpro já havia sido tratada no relatório de auditoria anual de contas, referente à gestão de 2011. Naquela ocasião, o Serpro informou que em 2010 instituiu, por meio da decisão da diretoria GP/048-2010, grupo de trabalho com objetivo de desenvolver um modelo para a gestão do quadro de pessoal da empresa, denominado Gerenciamento do Quadro de Pessoal do Serpro (GQPS).

Contudo, quando questionada acerca da existência de estudo que identifique os perfis profissionais mais necessários à execução dos projetos da empresa, o Serpro informou o seguinte:

“Não existe no Serpro estudo específico que evidencie quais são os perfis profissionais que são mais necessários para a execução dos projetos da empresa.



Gostaríamos de destacar que a cada realização de novo concurso público, o Serpro, por meio de sua área de gestão de pessoas, atua, junto às unidades organizacionais, na identificação dos perfis profissionais necessários à execução das metas e das atividades.

Esses perfis profissionais estão previstos nos planos de cargos e salários vigentes, cujos cargos, em especial, o de Analista, possuem atribuições aderentes ao Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos SERPRO (PGPS).

Atualmente, a empresa possui dois concursos públicos vigentes (2010 e 2013) com candidatos aprovados, que podem suprir às necessidades de serviços existentes e futuras”.

Diante da resposta encaminhada, solicitamos esclarecimentos sobre os resultados dos trabalhos do grupo de trabalho e o motivo de não haver nenhum estudo com os perfis profissionais mais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos do Serpro.

Em resposta ao questionamento, a empresa esclareceu o seguinte:

“Entre as atribuições do Grupo de Trabalho GP/048-2010, estava o desenvolvimento de uma proposta de modelo para Gerenciamento do Quadro de Pessoal do SERPRO (GQPS).

O GQPS foi aprovado pela Diretoria com a finalidade de suprir as Unidades Organizacionais com força de trabalho necessária ao desenvolvimento do seu negócio e adequar quantitativa e qualitativamente o quadro de pessoal, alocando os empregados em conformidade com o seu cargo e especialização/qualificação/habilitação.

Assim, os perfis profissionais foram definidos com base nas atribuições das Especializações, Qualificações e Habilitações dos planos de cargos e salários vigentes, identificando-os, junto com as Unidades Organizacionais, os perfis compatíveis com suas as metas e das atividades e, portanto, não foram baseados nos papéis dos processos corporativos, tais como Processo de Gerenciamento de Estratégia e Projetos SERPRO (PGPS) e Processo Serpro de Desenvolvimento de Soluções (PSDS).

Após a aprovação do GPQS, foi instituída a Norma GP/073, que tem, em seu Anexo I, a Tabela de Perfis Profissionais”.

Análise do Controle Interno

Em análise a Norma GP/073, identificamos que embora tenha sido realizado estudo indicando a alocação dos perfis profissionais do Serpro por unidade organizacional, não constatamos levantamento indicando qualitativa e quantitativamente quais os perfis são mais necessários para o desenvolvimento da estratégia da empresa.

Identificamos também que a Proposta de Modelo para Gerenciamento do Quadro de Pessoal do Serpro – GQPS, de agosto de 2011, propõe que o gerenciamento do quadro de pessoal dar-se-á a partir da identificação do quadro de pessoal existente (Quadro de Pessoal Existente - QPE) e das necessidades reais de pessoal das Unidades (Quadro de Pessoal Ideal - QPI).

Contudo, em análise aos documentos repassados pela empresa, não identificamos o levantamento de pessoal existente (QPE) e ideal (QPI), conforme

proposto no modelo GQPS, impossibilitando, portanto, o adequado gerenciamento do quadro de pessoal do Serpro.

Desta forma, observa-se que o Serpro tem atuado de forma reativa, adotando providências em função da demanda, não possuindo um levantamento completo sobre a força de trabalho de toda a empresa, em termos qualitativos e quantitativos.

Recomendação

Recomendamos que o Serpro dê continuidade ao trabalho referente ao GQPS, implementando a avaliação qualitativa e quantitativa conforme definido no estudo realizado pela própria empresa, de forma a fornecer subsídios para a alta administração no que se refere à alocação e realocação de funcionários, alinhado com o planejamento estratégico.

4.2 REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E VANTAGENS

4.2.1 CONSISTÊNCIA DOS REGISTROS

4.2.1.1 CONSTATAÇÃO

Acúmulo de Cargos

Fragilidade nas providências adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos.

Fato

Mediante os ofícios 2154/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGU-PR e 30017/2011/DEFAZ I/DE/SFC/CGUPR, que tratam sobre a apuração de possíveis acumulações irregulares de cargos por empregados do Serpro, esta CGU emitiu, em 2011, as seguintes recomendações:

[...]

- Verificação do efetivo cumprimento da carga horária dos servidores relacionados nos Anexos I, III e IV, adotando-se as medidas necessárias em cada caso e;

- Legalidade da acumulação dos servidores relacionados nos Anexos II e V, bem como, determinar que sejam realizadas as apurações necessárias em cada caso, adotando-se as medidas previstas na legislação e nos normativos internos dessa entidade.

[...]

Em resposta a esta recomendação, em 21 de novembro de 2011, o Diretor de Administração do Serpro informou a esta CGU as providências adotadas pela empresa para dar cumprimento às recomendações efetuadas, informando que naquela data estavam pendentes quatro situações de acúmulo.

O Diretor informou ainda que o Serpro, com o objetivo de obter um melhor controle das possíveis acumulações de cargos, empregos e funções públicas, firmou em 26 de julho de 2011, Termo de Compromisso com o Ministério do Trabalho e Emprego visando realizar batimentos entre os cadastros do Serpro e da RAIS.



Manifestação da Unidade Examinada:

O Serpro foi instado a se manifestar quanto à forma de realização do cruzamento de dados entre os cadastros de funcionários da empresa e o cadastro da RAIS.

Em resposta, a Superintendência de Pessoas SUPGP/GPRET informou:

“Os batimentos entre os cadastros de funcionários do Serpro com o cadastro da RAIS são realizados pelo Sistema SIAPE”.

Análise do Controle Interno

Em que pese às providências tomadas pela unidade, entendemos que o batimento realizado entre o cadastro de funcionários da empresa e o cadastro do Sistema SIAPE não é suficiente para esgotar as possíveis situações de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, uma vez que o referido cadastro abrange somente o Poder Executivo Federal, não abrangendo, portanto, os Poderes Legislativo e Judiciário, tampouco os agentes públicos dos estados e municípios.

Recomendação

Recomenda-se que o Serpro, a fim de identificar eventuais situações de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, sem prejuízo de outras medidas consideradas necessárias, realize o batimento entre o cadastro de funcionários da empresa e o cadastro da RAIS.

5 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

5.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS

5.1.1 LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

5.1.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da gestão de compras e contratações.

No exercício de 2012 o Serpro realizou a primeira entrega do projeto Processo Verde, que busca uniformizar o tratamento da informação na Empresa, através da implantação de uma solução de Gerenciamento de Conteúdo (Enterprise Content Management - ECM) em âmbito corporativo que permitirá que a tramitação de documentos em diversos processos organizacionais da empresa se dê apenas sob a forma digital.

Conforme informado pelo Serpro, o Processo Verde representa um incentivo à inovação na gestão pública no eixo licitação sustentável, trazendo resultados positivos tanto para a empresa, com a economia de recursos públicos, aumentando a celeridade do processo e ampliando a acessibilidade a informação, quanto para o meio ambiente, devido à redução vertiginosa do uso de papel ao longo dos processos da empresa.



Atualmente, todos os subprocessos do Processo de Aquisições e Contratações do Serpro (PAQ) já são suportados pelo Processo Verde, ou seja, a tramitação de documentos que compõem o processo licitatório já pode ser realizada de forma eletrônica.

O Serpro informou também que a solução já se encontra implantada na maioria das regionais. A implantação encontra-se pendente em apenas seis delas, com previsão de término em setembro de 2013.

Questionado quanto à estimativa de economia de recursos desde a implantação do projeto, o Serpro informou que apesar de não existir relatório que evidencie os ganhos obtidos, estimam que a economia com impressões seja da ordem de um milhão de páginas por ano.

Verificamos ainda que, em que pese à implantação do projeto em diversas regionais, o projeto está atrasado em relação ao cronograma inicialmente estabelecido.

Neste sentido, entendemos necessária a realização de replanejamento do projeto, com redefinição do cronograma inicialmente estabelecido, e que seja dada a devida prioridade no sentido de garantir sua plena execução.

5.1.2 REGULARIDADE DA LICITAÇÃO

5.1.2.2 CONSTATAÇÃO:

Falha no planejamento de aquisição de licenças de software para o Gerenciamento de Identidades e Acessos.

Fato

O Serpro adquiriu através do contrato 43.974, assinado em 21/12/2009, licenças de Softwares de Gerenciamento de Identidade e Acesso – Plataforma Oracle, no valor total de R\$ 4.935.907,55 (quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme tabela abaixo:

Em R\$			
Nome do Produto	Qtde.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Oracle Identity Manager Connector Database Applications Table	1	162.413,51	162.413,51
Oracle Identity Manager Connector Database User Management	1	162.413,51	162.413,51
Oracle Identity Manager Connector Microsoft Active Directory	1	162.413,51	162.413,51
Oracle Identity Manager Connector Novell eDirectory	1	162.413,51	162.413,51
Oracle Identity Manager Internet Directory	1	162.413,51	162.413,51
Oracle Access Management Suite	8.000	162,41	1.299.280,00



Oracle Identity and Access Management Suite	8.000	335,42	2.683.360,00
Oracle management Pack for Identity Management	8.000	17,65	141.200,00
Total			4.935.907,55

Fonte: Contrato nº 43.974 de 21/12/2009

Em análise realizada sobre este contrato, identificamos diversas fragilidades relativas ao planejamento da contratação, as quais vêm impactando diretamente na implantação do Gerenciamento de Identidades e Acessos no Serpro.

Em que pese o contrato ter sido assinado em 21/12/2009, ainda hoje, a solução não se encontra completamente implantada.

Conforme informado em reunião realizada no dia 24/07/2013 entre esta CGU e a equipe responsável pelo projeto, o primeiro módulo da solução foi implantado apenas em outubro de 2011, ou seja, quase dois anos após a aquisição das licenças.

Importante ressaltar que, segundo o Projeto Básico da licitação, como justificativa para a aquisição do produto naquele momento, 2009, em detrimento de seu desenvolvimento pelo próprio Serpro, foi informado que a construção de uma solução em código aberto “*teria seu prazo incompatível com as necessidades imediatas da Empresa frente aos recentes incidentes ocorridos em sistemas críticos produzidos no SERPRO.*”[GRIFO NOSSO]

Além disso, conforme contrato da aquisição, bem como evidenciado em análise as atas de reunião do Grupo de Trabalho Gestão de Identidades e Acesso - GTGIA, responsável pela definição da Política de Controle de Acesso e do Ciclo de Vida da Identidade, a supracitada aquisição não previu a realização de treinamentos para os envolvidos diretamente na implantação da solução.

Em ata da 5ª reunião do grupo de trabalho, realizada no dia 24/08/2010 foi registrado o que segue:

[...]

“J. L. informou que o projeto de implementação não previu equipe para absorção da ferramenta até o momento e que para tal será necessário identificar os recursos técnicos (pessoas) e capacitação nas ferramentas (OIM). A Oracle não tem grade de treinamento oficial para o produto mas um curso fechado para o SERPRO é possível.”

[...]

Ainda com relação à falta de treinamentos, em ata da reunião de 27/04/2011, mais de um ano após a aquisição das licenças, foi reportado o seguinte:

[...]

“Foi informado sobre o retorno da Oracle referente aos treinamentos necessários, com preços iniciais e locais da Oracle que estão autorizados a

ministrarem estes cursos. Estas informações foram repassadas para o Órgão Central da SUPSI em Brasília, para análise e providências necessárias.

Foi alertado pela falta de contrato de consultoria com a Empresa IT7, que tem participado desde o início deste Projeto e que detém grande parte dos conhecimentos necessários para configuração, alterações, manutenção, etc., do Produto.

A presença do técnico da IT7 nas dependências do SERPRO na semana passada, foi feito de forma informal, aonde o mesmo fez alguns procedimentos solicitados pelo SERPRO, mas que há um indicativo da mesma, que a continuidade destas demandas requerem uma contratação oficial.”

[...]

Desta forma, como os treinamentos necessários à utilização dos softwares adquiridos não foram previstos na contratação inicial, foram necessários treinamentos posteriores, que além de representarem custos adicionais para o Serpro, vêm impactando diretamente no prazo de implantação da solução.

Outro fato que evidencia a falta de planejamento na aquisição é a não utilização das licenças referentes ao software de Gestão de Acessos, Oracle Access Management Suite, adquiridas na mesma ocasião.

Conforme informado em reunião, até o momento, todos os esforços necessários à implantação da Gestão de Identidades e Acessos se concentraram nas licenças de Gestão de Identidades, e nenhum módulo foi desenvolvido em relação à Gestão de Acessos. Ou seja, nenhuma licença do software Oracle Access Management Suite, das 8.000 adquiridas (que totalizam R\$ 1.299.280,00), foi utilizada até o momento.

Por fim, as licenças adquiridas inicialmente só previram a implantação da solução para os usuários que compõem o quadro interno da Empresa, ou seja, os usuários do quadro externo, os quais são lotados no cliente, como a Receita Federal do Brasil, por exemplo, não seriam atendidos pela solução.

Para resolver este problema o Serpro assinou, em 08/11/2012, o contrato nº 49.839, para aquisição de 3.000 licenças “*complementares*” para a solução de Gestão de Identidade e Acesso, as quais ainda serão implantadas.

Manifestação da Unidade Examinada:

Quanto à demora na implantação da solução, o Serpro realizou reunião em que foi apresentado a esta equipe de auditoria o status atual do projeto. Ficou constatado que, a despeito do atraso de mais de dois anos, as licenças adquiridas para a Gestão de Identidades estão sendo utilizadas.

Informou ainda que o lapso temporal entre a aquisição e implantação “não decorreu de falta de planejamento, mas da própria complexidade da Solução e da novidade que o sistema representava”.



Quanto a não utilização das 8.000 licenças para Gestão de Acessos, Oracle Access Management Suite, o Serpro informou, em resposta a Solicitação de Auditoria 201306063/08, o seguinte:

[...]

“A respeito do questionamento de nº 8 (licenças para gestão de acessos), embora tenhamos perspectiva de instalação e implantação, dentro de alguns dias, somente há pouco tempo demos início à sua implementação, pois tínhamos o foco da equipe técnica direcionado para o OIM. A versão R1 está instalada e em uso. Recentemente, a Oracle disponibilizou uma nova versão dos produtos contratados, denominada como R2. Estamos no processo de instalação desta nova versão e da migração de todo o serviço implementado na R1 para a R2. Na evolução do Projeto, esta incluída a instalação do OAM R2 e utilização do mesmo em aplicações do SERPRO. A previsão de conclusão do uso do OAM esta definida para Dezembro de 2013.”

[...]

O Serpro informou ainda que em razão de a empresa ter descontinuado o uso da agora obsoleta Rede Novell, “não chegou a ser utilizado o conector *Oracle Identity Manager Connector Novell*”, cujo preço, conforme consta em contrato, foi R\$ 162.413,51 (cento e sessenta e dois mil, quatrocentos e treze reais e cinquenta e um centavos). Contudo, esclareceu que a utilização desses conectores é permutável e que o Serpro, ao surgimento de novas demandas, lançará mão do direito de uso do conector correspondente.

Quanto à falta de previsão dos treinamentos necessários à utilização dos softwares adquiridos, o Serpro informou que “a capacitação foi prestada via suporte do fornecedor na modalidade de repasse de conhecimento (hands-on), durante o período de implantação das ferramentas”. Informou ainda que dois treinamentos foram realizados posteriormente à implantação do produto, sem ônus para o Serpro, conforme cláusula 8.3.1 do contrato nº 45.196.

Análise do Controle Interno:

Entendemos ter havido um descompasso no que tange ao planejamento e posterior aquisição do produto da Oracle.

Os estudos realizados pelo grupo de trabalho GTGIA deveriam ter precedido a aquisição realizada, uma vez que a identificação de recursos humanos, com conhecimento sobre os produtos adquiridos, é condição indispensável para a implantação de soluções computacionais complexas, como a analisada em questão.

Ficou evidenciado tanto por meio de análise das atas das reuniões do grupo de trabalho, quanto por meio de reunião realizada no dia 25/07/2013, que as licenças foram adquiridas sem que existissem técnicos com conhecimentos específicos do novo produto, e que foram necessários treinamentos, os quais tiveram que ser adquiridos posteriormente, para que pudessem trabalhar com a ferramenta.

Em que pese os treinamentos terem sido realizados sem ônus para o Serpro, estes foram feitos no âmbito de contrato diferente daquele em que as licenças foram adquiridas, ou seja, em virtude da falta de previsão de capacitação no contrato de aquisição das licenças (contrato nº 43.974, assinado em 21/12/2009), os treinamentos foram realizados no âmbito de outra aquisição (contrato 45.196, assinado em 20/12/2010), fato que reforça ainda mais o nosso entendimento quanto à deficiência de planejamento na aquisição.

Com relação à afirmação de que a demora na implantação da solução não foi por falta de planejamento, mas sim decorreu da complexidade e novidade dos produtos para o Serpro, entendemos que, se fosse esse o caso, o Serpro deveria ter se absterido de adquirir todas as licenças de uma só vez.

Em casos como este, com vistas a possibilitar a implantação e utilização dos produtos adquiridos da maneira mais eficiente possível, é prudente a realização de uma *Prova de Conceito*, antes da efetiva contratação da solução. Desta forma, a empresa teria condições de melhor prever a necessidade de recursos, tecnológicos e humanos, além de se antecipar a eventuais adequações necessárias à utilização plena da solução.

Por fim, ressaltamos que a utilização das licenças adquiridas, conforme informado pelo Serpro, não coaduna com uma das principais motivações para a sua aquisição inicial, em 2009, qual seja, “*as necessidades imediatas da Empresa frente aos recentes incidentes ocorridos em sistemas críticos produzidos no Serpro*”, conforme consta no projeto básico da licitação.

Ou seja, embora o contrato com a empresa vencedora tenha sido assinado em 21/12/2009, para atender as “*necessidades imediatas*” do Serpro, ainda hoje, 2013, a solução de Gestão de Identidades e Acesso não se encontra completamente implantada.

Considerando os fatos apontados, concluímos que a aquisição da solução careceu de adequado planejamento, uma vez que os estudos necessários a sua utilização só foram realizados após a assinatura do contrato de aquisição, ferindo os princípios básicos de Eficiência e Economicidade, que devem reger a atuação da Administração Pública Federal.

Recomendação

Recomendamos que seja instaurado processo de apuração de responsabilidade dos responsáveis pelo planejamento e execução do contrato 43.974, assinado em 21/12/2009, que adquiriu as licenças de Softwares de Gerenciamento de Identidade e Acesso – Plataforma Oracle, o qual será acompanhado pela Corregedoria desta CGU, avaliando especialmente a necessidade da aquisição; a adequabilidade da solução escolhida; a quantidade de licenças adquiridas; a demora na implantação e uso da solução; e a eficiência e economicidade da contratação.

5.1.2.3 CONSTATAÇÃO:

Prestação de serviços pelo Serpro sem cobertura contratual



Fato

O Serpro possui atualmente alguns serviços que estão sendo realizados sem cobertura contratual, conforme tabela a seguir:

Cliente	Serviço	Valor R\$
Receita Federal do Brasil - RFB	Administração do DATACENTER da RFB	5.971.980,00
Ministério do Esporte - ME	Hospedagem e Processamento do Portal do Voluntariado	649.065,96
	Hospedagem e Processamento do EAD Voluntariado	1.123.784,15
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	Hospedagem e processamento do Sistema de Atos Internacionais - SAI	675.229,88
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)	Hospedagem e Processamento dos Sistemas SAGI/DNIT/Cidadão/SISDNIT	493.677,30
	Gestão da Rede Wan	79.105,20
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	Subsistema de Protesto Extrajudicial Notarial do Sistema Integrado da Dívida Ativa da União	579.379,55
Advocacia-Geral da União (AGU)	Hospedagem e Produção do Sistema de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União (SICAP)	921.830,00
Gabinete do Ministro da Fazenda (Assessoria de Assuntos Econômicos)	Sistema de Pesquisas para o GAB/MF	360.684,80
Presidência da República - PR	Sistema Informatizado de Monitoramento (SIM-PR)	7.206.089,20
Total		18.060.826,04

Questionamos o Serpro acerca da forma que é contabilizado os referidos serviços nas contas da empresa, em resposta, foi informado:

[...]

“informamos que os serviços executados sem cobertura contratual são contabilizados nos centros de custo dos respectivos clientes demandantes dos mesmos, onde permanecem aguardando a perfectibilização dos instrumentos contratuais.”

[...]

Em reunião realizada com a empresa, foi informado que no sistema de custos do Serpro esses serviços ficam vinculados a algum contrato existente do mesmo cliente, caso haja. Essa vinculação gera distorção na apuração dos custos por contrato, impossibilitando uma avaliação mais precisa dos custos.



Verificou-se também que no sistema de custos do Serpro havia algumas ordens de serviços que estavam sem vinculação a contratos com clientes, tendo sido solicitado também a relação de serviços que apresentavam, em junho/2013, status de "aguardando vinculação" no sistema. Em resposta a entidade informou que havia cerca de 200 ordens de serviço que estavam sem vinculação a contratos no referido sistema, totalizando um valor de R\$ 11.315.894,30.

Análise do Controle Interno

Considerando que a execução de serviços sem cobertura contratual dificulta o planejamento dos trabalhos regulares e ocasiona riscos de recebimento à entidade, o Serpro deve envidar esforços para formalizar os contratos e abster-se de executar serviços sem previsão contratual.

A incorreta utilização do sistema de custos do Serpro gera distorções na apuração dos custos dos serviços executados por contrato e na consequente precificação dos produtos e serviços realizados pela entidade.

Recomendação 001:

Recomendamos que o Serpro formalize os contratos relativos aos serviços que estão sendo executados sem cobertura contratual e, caso haja impossibilidade dessa formalização, comunique mensalmente os Conselhos Diretor, Fiscal e de Administração sobre a situação.

Recomendação 002:

Recomendamos que seja realizada a correta vinculação das ordens de serviços aos contratos, no sistema de custos do Serpro, que estão com status "aguardando vinculação" e que os custos dos serviços sem cobertura contratual não sejam alocados em contratos do mesmo cliente.

5.2 CONVÊNIOS DE OBRAS, SERVIÇOS E DE SUPRIMENTO

5.2.1 AVALIAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS

5.2.1.1 INFORMAÇÃO

Avaliação da gestão das transferências feitas mediante convênio

Na avaliação das transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, verificou-se a existência de três convênios vigentes em 2012 em que foram transferidos recursos para outras entidades, conforme demonstrado na tabela a seguir:



Processo	Conveniente	Objeto	Vigência	Valores (R\$)		Valor Pago (R\$)
				Concedente	Contrapartida	
RG 48542	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. CNPJ 83.899.526/0001-82	Desenvolvimento conjunto de pesquisa aplicada para reconstrução do Sistema de Gerenciamento de Certificados do Serpro (SGCS) em versão online	mar/2012 a mar/2014	542.000,00	158.008,00	271.000,00
RG 45642	Universidade Federal do Paraná – UFPR. CNPJ 75.095.679/0001-49	Desenvolvimento conjunto de pesquisa técnico-tecnológica em ambientes computacionais escaláveis para sistemas gerenciadores de banco de dados, baseado em software livre.	mai/2011 a mai/2013	469.305,28	100.000,00	117.326,28 (*)
RG 45449	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. CNPJ 17.217.985/0001-04	Pesquisa aplicada com o desenvolvimento de novos algoritmos e técnicas de alto desempenho em mineração de dados para e-gov.	mar/2011 a mar/2012	342.000,00	85.500,00	283.720,00
Total				1.353.305,28	343.508,00	672.046,28

(*) Relatório de Gestão 2012, Quadro Resumo de prestação de contas sobre transferências – Contas não prestadas.

Em análise, no Relatório de Gestão do Serpro do exercício de 2012, página 38, consta a informação que a Prestação de Contas Parcial do Convênio com a Universidade Federal do Paraná - UFPR não foram prestadas no Valor de R\$ 117.326,28.

Instado a se manifestar, o Serpro esclareceu que a prestação de contas do convênio RG 45642 contas não prestadas no valor de R\$ 117.326,28 (é o total repassado no exercício) no Relatório de Gestão 2012 tendo como justificativa é que UFPR não se deu por conta da greve das universidades federais, que prejudicou o controle administrativo-financeiro do Convênio. A previsão que acontecerá em início de 2013.

Conforme o Parecer da Prestação de Contas Parcial da UFPR, datado de 19/07/2012, foi aprovada a Prestação de Contas Parcial referente ao valor de 06 (seis) parcelas, para regularizar o pagamento dos bolsistas, no período de novembro/2011 a julho/2012, totalizando a transferência de R\$ 117.326,28 (cento e dezessete mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos) e embora os trabalhos técnicos da pesquisa, objeto do Convênio, não tenham sofrido solução de continuidade, o período referente a esta prestação de contas foi prejudicado pela greve das Universidades Federais, cujas atividades administrativo-financeiras foram interrompidas, levando ao significativo atraso no recebimento dos documentos comprobatórios, o que alterou o corte do tempo e dos períodos relativos a cada transferência dos valores e sua respectiva prestação de contas.

O Serpro foi questionado quando a cobrança da prestação de contas parcial em atraso, e encaminhou e-mail de cobrança a UFPR de 23/07/2012 e acrescentou:

“Normalmente não há necessidade de cobrança, pois o instrumento de cooperação já estipula a transferências de novas parcelas de recursos financeiros, mediante prévia aprovação de novas parcelas de recursos financeiros, mediante prévia aprovação da Prestação de Contas, relativa ao valor anteriormente repassado. Entretanto, como o ano passado as



Universidades tiveram longo período de greve, o que dificultou o andamento normal da rotina administrativa, o Serpro teve que sinalizar a importância da celeridade na prestação de contas”.

Questionada ainda, quanto à suficiência das estruturas de pessoal e tecnológica envolvidos na gestão de transferências de recursos financeiros, o Serpro esclareceu que no exercício de 2012 participaram 11 colaboradores, sendo 06 colaboradores – centralizando Termos Cooperação e Instrumentos Congêneres no Sistema Hisaq – estão trabalhando de forma compartilhada (não dedicadas exclusivas para essa atividade), e este quantitativo de pessoal é suficiente.

Cabe acrescentar que, a partir de 2013, o Serpro não utiliza mais o Termo de “convênio” para tratar do relacionamento entre a empresa e as universidades públicas para pesquisas aplicadas em tecnologia. Durante o “Treinamento sobre Convênios e Portal de Convênios do Governo Federal”, realizado no período de 21 a 24 de maio de 2012, foram obtidos esclarecimentos técnicos, chegando-se ao entendimento de não ser pertinente ao Serpro firmar convênios e, diferentemente do que se fez, até então, o instrumento que o Serpro vinha firmando, especialmente com as Universidades, é próprio e pertinente a Termo de Cooperação.

A Norma Interna GA 16, de 10/12/2012 alinhou o entendimento como motivação justamente tratar de Termos de Cooperação ao invés de Convênios, de forma a regularização a celebração dos instrumentos firmados pelo Serpro. A nova Norma em vigência não exige o registro no Siconv.



Certificado de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201306063

Exercício: 2012

Processo: 19863.000040/2013-52

Unidade Auditada: Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro

Município/UF: Brasília/DF

Foram examinados os atos de gestão dos responsáveis pelas áreas auditadas, especialmente aqueles listados no art.10 da IN TCU 63/2010, praticados no período de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012.

Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho definido no Relatório de Auditoria Anual de Contas constante deste processo, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle realizadas ao longo do exercício objeto de exame sobre a gestão da unidade auditada.

Em função dos exames aplicados sobre os escopos selecionados, consubstanciados no Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201306063, proponho que o encaminhamento das contas dos agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63 seja como indicado a seguir, em função da existência de nexo de causalidade entre os atos de gestão de cada agente e as constatações correlatas discriminadas no Relatório de Auditoria.

1. Regular com ressalvas a gestão dos seguintes responsáveis

1.1 – CPF ***.568.890-**

Cargo: Diretor no período de 01/01/2012 a 31/12/2012

– CPF ***. 107.270-**

Cargo: Diretor no período de 01/01/2012 a 16/05/2012

– CPF ***.834.671-**

Cargo: Diretor no período de 17/05/2012 a 31/12/2012

Referência: Relatório de Auditoria número 201306063 item 1.1.2.1. - Necessidade de uniformização dos conceitos utilizados pelo Serpro para se referir aos valores que a empresa deixa de receber dos clientes quando da não prestação dos serviços nos termos definidos em contrato.

Fundamentação:

Os valores que deixam de ser cobrados pelo Serpro de seus clientes quando não são cumpridos os acordos de níveis de serviços, não podem ser tratados de forma intercambiável como

“multas” ou “descontos”, uma vez que, do ponto de vista contábil, estes termos não se confundem e possuem implicações completamente distintas.

O Serpro deve se resguardar de possíveis situações que possam colocar em risco os resultados da empresa, de modo a permitir um entendimento uniforme nas diversas áreas, sem prejuízo de serem adequados à situação a que se referem, sob a luz da legislação aplicável e considerando as implicações tributárias distintas.

Os gestores relacionados na ressalva são diretores da área de gestão empresarial e da área de relacionamento de clientes, sendo que a parte de clientes é responsável pela negociação com os clientes e concessão dos descontos e na gestão está à questão da contabilização e tributos a serem pagos pela empresa.

Cabe ressaltar que foi identificada a não implantação integral de softwares adquiridos em 2009 pelo Serpro, mas que não houve ressalva sobre a questão, apesar de sua gravidade, pelo fato de que o gestor atual tomou algumas providências que sinalizam a finalização desse processo para o final de exercício.

Destaca-se que a opinião expressa neste certificado de auditoria tem como base o escopo e amostra definidos no Relatório de Auditoria que espelham atos de gestão de determinado momento. Desse modo, não se deve utilizá-la de forma genérica, sem embasamento técnico, para tomada de decisão, em especial pelo Conselho de Administração da Empresa.

Esclareço que os demais agentes listados no art. 10 da IN TCU nº 63, constantes das folhas 04 a 11 do processo, que não foram explicitamente mencionados neste certificado têm, por parte deste órgão de controle interno, encaminhamento proposto pela **regularidade** da gestão, tendo em vista a não identificação de nexos de causalidade entre os fatos apontados e a conduta dos referidos agentes.

Brasília/DF, 26 de setembro de 2013.

Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária I



Parecer de Dirigente do Controle Interno

Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

Relatório: 201306063

Exercício: 2012

Processo: 19863.000040/2013-52

Unidade Auditada: Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro

Município/UF: Brasília / UF

Em conclusão aos encaminhamentos sob a responsabilidade da Controladoria-Geral da União quanto à prestação de contas do exercício de 2012 da Unidade acima referenciada, expresso opinião sobre o desempenho e a conformidade dos atos de gestão dos agentes relacionados no rol de responsáveis, a partir dos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

O Serpro é uma empresa pública criada pela Lei 5.615, de 01/01/1964, com capital integralmente da União, integrante da administração pública indireta, vinculada ao Ministério da Fazenda, que atua na área de Tecnologia da Informação, tendo por prioridade atender, com exclusividade, aos órgãos do Ministério da Fazenda, conforme art. 3º do Decreto 6.791/2009.

No exercício de 2012 o Serpro apresentou um aumento de 10,05% na receita operacional líquida e as despesas operacionais tiveram uma diminuição de 7,98%, fato que contribuiu para um lucro de R\$ 65,9 milhões no exercício.

Os indicadores estratégicos são definidos para acompanhar o alcance e avanço dos objetivos estratégicos, e são revisados sempre que o plano estratégico é atualizado. Os resultados dos indicadores estratégicos do Serpro em 2012, de forma geral, mostram-se positivos. Dos 18 indicadores estabelecidos, 10 alcançaram ou superaram a meta estabelecida pela empresa. Não obstante haver indicadores que ficaram abaixo da meta, esses tiveram desempenho muito próximo do almejado.

Nos trabalhos de Auditoria identificou-se prática de considerável risco adotada pelo Serpro quando não são cumpridos os acordos de níveis de serviços, por utilizar de forma aleatória termos como “multas” ou “descontos”, sendo que do ponto de vista contábil, estes termos não se confundem e possuem implicações completamente distintas. Dessa forma, entende-se que seja

necessário entendimento jurídico e contábil , no que tange a legislação aplicável e considerando as implicações tributárias distintas.

Foi constatado, também, falha no planejamento de aquisição de licenças de software para o Gerenciamento de Identidades e Acessos, tendo em vista que o contrato assinado em 21/12/2009, para a aquisição de licenças não se encontra completamente implantado até setembro de 2013, sendo que o primeiro módulo da solução foi implantado em outubro de 2011, ou seja, quase dois anos após a aquisição das licenças. Considerando os fatos apontados no relatório de auditoria, a aquisição da solução careceu de adequado planejamento, uma vez que os estudos necessários a sua utilização só foram realizados após a assinatura do contrato de aquisição, ferindo os princípios básicos de eficiência e economicidade, que devem reger a atuação da Administração Pública Federal.

Verificou-se, ainda, prestação de serviços realizados pelo Serpro sem cobertura contratual, com períodos maiores de um ano, recomendou-se a necessidade de formalizar esses serviços e ao menos informar os Conselhos Fiscais e de Administração sobre a situação. Outras questões abordadas na Auditoria foram necessidade de aprimoramento em alguns procedimentos utilizados pela Auditoria Interna e a inexistência de avaliação sistemática da adequação quantitativa e qualitativa da força de trabalho, por parte da área de recursos humanos do Serpro.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/n.º 63/2010 e fundamentado nos Relatórios de Auditoria, acolho a proposta expressa no Certificado de Auditoria conforme quadro a seguir:

CPF	Cargo	Proposta de Certificação	Fundamentação
***.568.890-**	Diretor no período de 01/01/2012 a 31/12/2012.	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria n.º 201306063 item 1.1.2.1
***. 107.270-**	Diretor no período de 01/01/2012 a 16/05/2012.	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria n.º 201306063 item 1.1.2.1
***. 834.671-**	Diretor no período de 17/05/2012 a 31/12/2012.	Regularidade com Ressalvas	Relatório de Auditoria n.º 201306063 item 1.1.2.1

	Demais gestores integrantes do Rol de Responsáveis	Regularidade	Relatório de Auditoria n.º 201306063
--	--	--------------	--------------------------------------

2. Desse modo, o processo deve ser encaminhado ao Ministro de Estado supervisor, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília / DF, 26 de setembro de 2013.

Diretora de Auditoria da Área Econômica